

Sem aula, pais vão administrar escola

As escolas particulares podem passar a ser administradas pela Associação dos Pais de Alunos e pelo Sindicato dos Professores. A atitude será tomada caso os empresários decidam pelo fechamento dos estabelecimentos em desobediência civil ao decreto do Governo que reajusta os aumentos em 35 por cento. O anúncio foi feito pelos presidente da entidade, Luiz Cassemiro dos Santos.

Para tanto, os pais estão mantendo contatos com o Ministério da Educação para obter uma posição social e também já começam a se organizar em comitês administrativos. "Se realmente as escolas deflagrarem uma greve oficial e o Governo intervir, a Associação dos Pais de Alunos e o Sindicato dos Professores vão assumir a situação", avisa Luiz Cassemiro, que se diz muito preocupado com o futuro dos estudantes.

Segundo Cassemiro, a Associação assumiu o propósito de "denunciar o terrorismo da direita" e tenta fazer com que o Governo trate do assunto de forma técnica e não da maneira política, como vem discutindo o problema dos estabelecimentos particulares ao longo de todos estes anos. "Os donos das escolas estão acostumados a ter um lucro progressivo e agora não acatam o reajuste fixado em 35 por cento e outros 15 por cento a ser negociado com os pais dos alunos", denunciou.

Outra decisão da Associação dos Pais de Alunos das Escolas Particulares é a de deflagrar, imediatamente, uma campanha em benefício da escola pública, a fim de dar-lhe subsídios para que possa competir com as escolas privadas. De acordo com Cassemiro, todos os pais e professores estão engajados na campanha e estão formando uma comissão para atuar junto à Constituinte e reivindicar melhorias para os estabelecimentos do Governo.

"Nossa luta objetiva fazer valer o ideal e acabar com os protecionismos. Nos governos anteriores, o dinheiro público foi aplicado na construção das escolas privadas, descobrindo completamente o setor público e, consequentemente, tirando as condições, inclusive físicas, de crescimento da rede de ensino estadual. Um exemplo é que os cerca de 70 mil alunos das escolas particulares jamais podem ser absorvidos pelos estabelecimentos do Governo. Os empresários estão amedrontando a população com a notícia de que não vão abrir as escolas, mas estamos dispostos a desmascará-los", relatou Cassemiro.

Ainda segundo o presidente da Associação o movimento dos proprietários das escolas está dividido, pois muitos deles visam benefícios próprios, "como é o caso de Jaime Sveiter, vice-presidente do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino e dono do Colégio Laiser. Jaime contraiu uma enorme dívida e agora quer um reajuste de mensalidades maior para poder saldá-la".

O governo errou ao elaborar o decreto 93.911/87, que reajusta as mensalidades das escolas particulares em 35 por cento e dá a chance de negociação entre proprietários dos estabelecimentos com os pais dos alunos de outros 15 por cento. O documento não inclui a pré-escola e as creches, cujos proprietários estão reajustando as mensalidades aleatoriamente e em percentuais que variam entre 50 e 80 por cento.

A Associação dos Pais de Alunos também vai protestar contra o Ministério da Educação e reivindicar uma lei específica para o setor. Segundo Cassemiro dos Santos, este segmento é completamente descoberto pelas escolas públicas e, a cada dia, está se proliferando nas cidades-satélites.

O Colégio Pinóquio, na Asa Norte, que ensina o pré-escolar e o 1º grau, reajustou suas mensalidades em 77 por cento no pré-escolar e em 35 por cento para o 1º grau, obedecendo a determinação do Governo. O cálculo para o reajuste, de acordo com Roberto Fernandes, filho do proprietário, foi feito em cima da receita do estabelecimento e dos 30 pais que pagaram a segunda parcela, já com o aumento, apenas dois reclamaram, mas assim mesmo efetuaram o pagamento. Um aluno do pré paga agora Cz\$ 670 de mensalidade.

O Conselho de Educação do Distrito Federal ainda não se manifestou oficialmente quanto ao impasse criado pelos proprietários dos estabelecimentos de ensino particular. Só na próxima segunda-feira é que os membros do conselho vão se reunir para eleger uma Comissão de Encargos para cuidar do assunto.

Também o Procon, órgão de defesa do consumidor, não emitiu qualquer parecer, o que deverá fazer apenas na próxima semana. No entanto, os funcionários do órgão, que funciona do Palácio do Buriti, informaram que diariamente têm recebido inúmeros telefonemas de pais pedindo orientação e denunciando escolas que reajustaram as mensalidades em até 80 por cento.

5 FEV 1987

CORREIO BRAZILEIRO